**A relação entre ideologia, propriedade e desigualdade na obra *Capital e Ideologia* de Thomas Piketty**

***Introdução***

O objetivo dessa pesquisa é analisar como a relação entre propriedade e ideologia contribuíram para a manutenção da desigualdade nas duas fases do projeto colonizador europeu, segundo a obra *Capital e Ideologia*, de Thomas Piketty. De modo mais especifico, a análise será guiada pela seguinte pergunta: *Quais são os aspectos ideológicos que Piketty identifica como justificadores e promotores da desigualdade no projeto colonizador europeu?*

Propor uma pesquisa com esse enfoque significa, entre outras coisas, partir da abordagem proposta por Piketty quando ele destaca, logo na Introdução, que “A desigualdade não é econômica ou tecnológica : é ideológica e política” (PIKETTY, 2020, p. 15).

Conforme o autor francês, o colonialismo foi um projeto de dominação e exploração global realizado por países europeus, dentro do qual a força militar era usada para invadir e dominar países, roubando seus recursos e escravizando os seus nativos. Tal processo pode ser dividido em duas fases: a primeira era colonial, a qual vai do século XV até o fim do século XVII, abrange a colonização da América e tem como base a lógica militar e extrativista, deslocando pessoas, contra sua vontade, e exterminando populações; a segunda era colonial, que se estende de 1800/1850 até os anos 1960 na África, na Ásia e na Oceania, por sua vez, possui um projeto mais complexo através do qual os países colonizadores apresentavam a dominação por uma lente benévola, enfatizando as dimensões intelectuais.

Independente da era, o projeto colonial europeu se baseava na concentração de propriedade e riqueza nas mãos dos países colonizadores, o que levava à desigualdade social. Contudo, uma vez que a desigualdade atingiu níveis astronômicos durante o período colonial, a dominação pela força militar começa a não ser mais suficiente. Assim, foi necessário a mobilização de um conjunto de ideias que justificasse a desigualdade e a colocasse como uma consequência natural e aceitável. É a partir dessa necessidade, segundo Piketty, que as ideologias começam a ganhar maior centralidade para compreensão das desigualdades. É nesse sentido que o autor apresenta sua concepção ampla de ideologia:

A ideologia será considerada em suas dimensões a um só tempo sociais, econômicas e políticas. *Uma ideologia é uma tentativa mais ou menos coerente de trazer respostas a um conjunto de questões extremamente amplas envolvendo a organização desejável ou ideal da sociedade*. Desnecessário dizer, dada a complexidade das questões colocadas, que nenhuma ideologia jamais contará com a adesão plena e inteira de todos: o conflito e a discordância ideológica são inerentes à própria ideologia. (PIKETTY, 2020, p. 10. Grifo nosso)

Se a ideologia é uma “tentativa coerente de apresentar respostas a um conjunto de questões”, a propriedade privada aparece, segundo o autor, como um componente central no processo de justificação ideológica, uma vez que “todo regime desigualitário, toda ideologia desigualitária, se apoia numa teoria da fronteira e numa teoria da propriedade.” (PIKETTY, 2019, p.15). Assim, insiste o autor, a “questão do regime de propriedade, assim como as do regime educacional e do regime tributário, possui um impacto estruturante sobre as desigualdades sociais e sua evolução” (PIKETTY, 2019,p.16). Nota-se aqui um dos primeiros momentos em que a relação entre propriedade, ideologia e desigualdade se apresenta de modo mais evidente. Nesse sentido, Piketty ressalta ainda duas formas de entrelaçamento entre propriedade e ideologia, a saber: a ideologia proprietarista e a ideologia neoproprietarista.

As origens da ideologia proprietarista remontam ao século XVIII, no ambiente da Revolução Francesa. Com a separação entre a “senhoria pública” - direito de fazer justiça dentro da sua propriedade - que passou a ser monopólio do Estado, e a “senhoria privada” - a qual garante ao proprietário o direito de cobrar pelo uso da terra - a Revolução tentou estruturar a sociedade a partir dos proprietários privados e do Estado centralizado. Entretanto, esse processo de separação foi feito com grande cuidado, ignorando funções que deveriam, a partir dos princípios da Revolução, ser concentrada no Estado em favor de manter o que os revolucionários chamavam de estabilidade. Portanto, algumas estruturas que deveriam ter sido abolidas foram mantidas com o objetivo de impedir que a ideologia que protege a propriedade privada fosse abalada. Assim, nota-se que a maior função do Estado era na verdade proteger o regime político proprietarista de tal forma que, embora tenha ocorrido uma renovação da elite, a concentração da posse patrimonial permaneceu altíssima. Partindo desse contexto, Piketty mostra que a Revolução Francesa, apesar de suas tendências emancipatórias consideráveis, trouxe em si as raízes da ideologia proprietarista, a qual, em suma, sacralizou a propriedade privada impedindo que ela fosse questionada. Isso colaborou para a perpetuação e legitimação da propriedade como um direito natural e inerente ao homem.

A ideologia neoproprietarista, por sua vez, surge entre fim do século XX e começo do século XXI como uma resposta às crises do século XX, em especial ao fracasso do socialismo. Uma vez que tal ideologia emerge dentro de um contexto de luta de classes e sufrágio universal, sua justificativa precisa ser mais complexa, indo além da simples afirmação de que a propriedade é um direito natural e inalienável, e passando a explicar a desigualdade através de supostos méritos pessoais. Daí, evidencia-se a ligação entre essa ideologia e a meritocracia exacerbada. No discurso meritocrático, os vencedores são glorificados e os perdedores estigmatizados por uma suposta falta de virtude. Assim, os mais ricos podem justificar seus privilégios como méritos individuais e dons pessoais, isso produz uma blindagem ideológica que isola e protege o direito à propriedade. Com isso, a ideologia neoproprietarista legitima a concentração de propriedade e consequente desigualdade a partir de um discurso que, entre outros efeitos, tende à naturalizar a propriedade.

A abolição da escravidão pode ser usada como exemplo da ação das ideologias. Uma vez que a escravidão foi essencial para a ascensão da Europa, sua abolição se baseou em um novo modelo político econômico que convenceu a elite de que o trabalho livre seria mais vantajoso e lucrativo. Porém, o simples fim dessa forma de exploração abalaria as bases da ideologia proprietarista, pois os escravizados eram vistos como “propriedade” e essa era colocada como um direito que jamais poderia ser ferido.

Nesse sentido, a abolição trouxe consigo projetos de compensação para os antigos “proprietários” de pessoas escravizadas. Nesse sentido, Piketty apresenta alguns exemplos históricos: no Reino Unido, a compensação pelo fim da escravidão foi feita pelos contribuintes; no Haiti, o fim da escravidão, a partir de uma revolta dos escravizados, levou a França a ameaçar invadir o país obrigando-o a pagar indenizações que iriam deixá-lo com uma enorme dívida externa; e na França os ex-escravizados foram obrigados a trabalhar em longos e pouco vantajosos contratos pois, caso se negassem, seriam enviados para estações de disciplina em Paris.

Como mencionado anteriormente, a segunda era colonial foi baseada em justificativas mais complexas, isto é, em uma dominação ideológica mais sofisticada. Os países europeus tentaram colocar esse momento da colonização sob uma lente benévola, destacando as dimensões intelectuais e um suposto projeto civilizatório. Conforme ressalta Piketty:

Trata-se aqui de uma dominação apoiada numa superioridade militar demonstrada de forma incontestável em confrontos decisivos, *mas também, e principalmente, numa organização política, administrativa, policial e ideológica muito sofisticada*, bem como em diversas elites locais e várias estruturas descentralizadas de poder, com tudo isso permitindo estabelecer uma certa forma de consentimento e aceitação. (PIKETTY, 2019, p. 273. Grifo nosso).

Quando trata da desigualdade colonial, um dos aspectos que chama a atenção de Piketty é que a riqueza ficava concentrada, quase que inteiramente, nas mãos dos colonos brancos. Essa desigualdade se baseava em um esquema ideológico, político e institucional que buscava justificá-la e estruturá-la, pois a desigualdade social é tão grande quanto a capacidade da ideologia explicá-la.

Na realidade histórica, *o nível de desigualdade é determinado sobretudo pela capacidade ideológica, política e institucional das sociedades em justificá-la e estruturá-la*, e não pelo grau de riqueza ou desenvolvimento em si. (PIKETTY, 2019, p. 286. Grifo nosso).

Os cidadãos europeus que iam para as colônias justificaram suas ações como parte de uma espécie de missão civilizadora. Os colonos afirmavam, insiste Piketty, que estavam levando ordem e paz para os países que dominavam, ajudando os nativos na manutenção da ordem e buscando um modelo de desenvolvimento proprietarista e a difusão do conhecimento. Dessa forma, colocavam-se como salvadores que transportavam o progresso para sociedades incapazes de se desenvolverem sozinhas.

Ademais, os colonos europeus buscavam implantar a ideologia proprietarista potencialmente universal, que permitiam aos países da Europa acumular ativos estrangeiros de forma legal, pela falsa ideia do doce comércio, segundo o qual as trocas seriam justas e trariam vantagens para todos os lados. Houve a tentativa de difundir a ideia de que o modelo de troca, que se aproxima do que hoje Piketty chama de neoproprietarismo, beneficiaria todas as partes, tal fato levou ao desenvolvimento dos “tratados desiguais” que permitiram às metrópoles assumir controle de vários países e ativos.

Em suma, a presença do colonialismo europeu que espalhou a ideologia proprietarista pelo mundo, impondo-a a diversas sociedades, mudou de forma significativa o rumo de diferentes sociedades. Através dela a escravidão, a colonização e a desigualdade social foram justificadas e legitimadas.

O contato entre as potências coloniais europeias e as sociedades dos demais continentes produziu um conjunto variado de trajetórias político-ideológicas, dependendo, sobretudo, do modo como a legitimidade das antigas elites intelectuais ou guerreiras foi afetada por tais contatos. O mundo moderno é uma consequência direta desse processo. (PIKETTY, 2019, p. 409)

Dessa forma, nota-se que para Piketty a propriedade, a ideologia e a desigualdade constroem uma constelação de relações que merece ser melhor investigada, tendo em vista, particularmente, seus efeitos na promoção e legitimação da desigualdade.

***Objetivo Geral***

Busca-se, partir da análise da obra *Capital e Ideologia* (2019), de Thomas Piketty, analisar como a relação entre propriedade e ideologia contribuíram para a manutenção da desigualdade nas duas fases do projeto colonizador europeu. De modo mais especifico, a análise será guiada pela seguinte pergunta: *Quais são os aspectos ideológicos que Piketty identifica como justificadores e promotores da desigualdade no projeto colonizador europeu?*

***Objetivos específicos***

1. Compreender o funcionamento e estrutura interna do que Piketty chama de ideologia proprietarista e ideologia neoproprietarista. Para isso serão analisados os seguintes capítulos:

1.1 - Capítulo 3 - “A invenção da sociedade dos proprietários”.

1.2 - Capítulo 10 - “A crise da sociedade dos proprietários”

1.3 - Capítulo 13 - “Hipercapitalismo: entre a modernidade e o arcadismo”.

1. Entender como a ideologia foi mobilizada pelo projeto colonizador europeu para justificar e legitimar a desigualdade. Para isso serão analisados os seguintes capítulos: 2.1 - Capítulo 6 - “As sociedades escravocratas: a desigualdade extrema”;

2.2 - Capítulo 7 - “As sociedades coloniais: diversidade e dominação”

2.3 - Capítulo 8 - “Sociedades ternárias e colonialismo, o caso da Índia”

2.4 - Capítulo 9 - “Sociedades ternárias e colonialismo, trajetórias euro-asiático”.

1. Responder à questão que orienta o objetivo geral: *Quais são os aspectos ideológicos que Piketty identifica como justificadores e promotores da desigualdade no projeto colonizador europeu?*

***Metodologia***

A metodologia adotada é de análise estrutural de texto, o que também serviu de base para a construção desse projeto. A obra a ser analisada é *Capital e Ideologia* (2019) de Thomas Piketty, com auxílio dos trabalhos que constam na bibliografia, bem como outras que podem surgir no decorrer da pesquisa.

***Cronograma de execução***

| **ATIVIDADES** | Primeiro trimestre | Segundo trimestre | Terceiro trimestre | Quarto trimestre |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Realizar o objetivo específico 1 | X |  |  |  |
| Relatório Parcial. |  | X |  |  |
| Realizar o objetivo específico 2 |  | X | X |  |
| Responder a questão que orienta o objetivo geral. |  |  | X | X |
| Relatório Final. |  |  |  | X |
| Reuniões de orientação. | X | X | X | X |

**Referências**

ANDERSON, Elizabeth S. What’s the point of equality? In: *Ethics*. 1999, vol. 102, n. 2. p. 287 – 337. 1999.

BOUSHEY, Heathe; DeLONG, J. Bradford; STEINBAUN, Marshall (org.). *After Piketty : the agenda for economics and inequality*. Cambridge, Massachusetts : Harvard University Press, 2017.

BRISSET, N. *Capital et idéologie: une critique*. GREDEG, 2020. (Working Papers Series, n. 2020-04). Disponível em: Disponível em: https://ideas.repec.org/p/gre/wpaper/2020-04.html Acesso em: 20 mar. 2021.[» https://ideas.repec.org/p/gre/wpaper/2020-04.html](https://ideas.repec.org/p/gre/wpaper/2020-04.html)

DENNISON, Tracy, “Institutions and Material Conditions: The Problem of History in Piketty’s *Capital and Ideology”.* In: *Œconomia*, 11-1 2021. Link: http://journals.openedition.org/oeconomia/10570 (última consulta em 24/05/2023)

DOWBOR, Ladislau. “Capital e Ideologia de Thomas Piketty: A desigualdade não é econômica ou tecnológica: ela é ideológica e política” In: *Revista Pesquisa e Debate*. v. 35 n. 2(62) (2022).

FERRY, Jean Pisani. “Capital e ideología: aciertos y errores de Piketty”. In: *Letras Libres*, 2019. Link: <https://letraslibres.com/wp-content/uploads/2019/10/dosier-pisani-esp.pdf> (última consulta 24/05/2023).

MUNGIOLI, Rafael Palma. “Capital, ideologia e uma história do mundo sob o prisma da desigualdade”. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 2 (72), p. 583-587, maio-julho 2021.

PIKETTY, Thomas. *Capital e ideologia*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

SILVA, Hélio Alexandre. “Capital et ideólogie”, de Thomas Piketty - Ainda é mais fácil pensar no fim do mundo que no fim do capitalismo? In: *Ethic@: Revista Internacional de Filosofia,* Florianópolis, v. 19, n. 2, 464. 2020.

TOMÉ, Júlio. “A Ideologia de Piketty”. In: *O que nos faz pensar,* Rio de Janeiro, v.29, n.48, p. 314-324, jan.-jun. 2021.